Editorial

Comitê de Ensino de Ciências e Matemática da CAPES

Em ofício de 28 de abril, a CAPES anunciou sua intenção de criar dois novos comitês: um Multidisciplinar e outro em Ensino de Ciências e Matemática, considerando “a importância crescente de tratamento mais adequado de áreas interdisciplinares do conhecimento...”. A criação do Comitê de Ensino, embora também de caráter interdisciplinar, se justificaria pela abrangência “de uma parcela do conhecimento bastante bem definida”. A partir deste documento, iniciou-se uma das mais polêmicas discussões envolvendo a área de Pesquisa em Ensino de Física.

Para se entender melhor a discussão subsequente à proposta, é preciso inicialmente tecer alguns comentários históricos sobre a área. Um marco sobre a criação das pesquisas em Ensino de Ciências no Brasil pode ser encontrado no início da década de 70 com a criação conjunta do Mestrado em Ensino de Ciências pelo Instituto de Física e Faculdade de Educação da USP. A partir desta época, a área tem se organizado em torno dos cursos de licenciatura, seja nos Departamentos/Institutos de Física ou nos Centros/Faculdades de Educação das Universidades. As pesquisas se fortaleceram com programas específicos para a área, promovidos pelo CNPq e pela CAPES, sendo o SPEC (Sub-Programa para o Ensino de Ciências do PADCT) o principal deles. A consolidação institucional da área deu-se através da vinculação das pesquisas e programas de pós-graduação aos Comitês de Educação da CAPES e CNPq. Ou seja, até o momento todas as pesquisas e atividades de pós-graduação relacionadas ao Ensino de Física têm acontecido no interior dos Comitês de Educação. A proposta de criação do Comitê de Ensino de Ciências e Matemática implicaria na separação institucional desta comunidade da área de Educação.

Esta possibilidade desencadeou um dos mais ricos processos de discussão sobre o perfil de pesquisa e formação pós-graduada na área de Ensino de Física e de Ciências e Matemática em geral. De lá para cá tenho acompanhado algo próximo da centena de mensagens eletrônicas sendo trocadas entre pesquisadores das áreas envolvidas. Questões relativas ao perfil epistemológico das pesquisas em Ensino, suas relações com outras áreas, como a Educação, as Ciências, a Filosofia, a Psicologia etc, sobre os contornos políticos relativos à criação do Comitê foram debatidos. Independentemente de atingirmos um consenso sobre a questão, tenho certeza que a área amadureceu com esta discussão, pois fomos obrigados a refletir profundamente sobre o que fazemos enquanto pesquisadores, a oferecer melhores contornos sobre nossos objetos de pesquisa e procurar definir melhor nossas relações com as demais áreas de conhecimento. Criando-se ou não este Comitê, acredito que aproveitamos a oportunidade (intencional ou não?!) oferecida pela CAPES para crescermos.

Numa mensagem através do Boletim Eletrônico da SBF, enviado em 29 de junho, procurei atualizar o balanço sobre a discussão e tecer impressões pessoais sobre a criação do Comitê, como resultado de todo o debate que pude acompanhar como observador privilegiado. Por um lado, a possibilidade de criação de um Comitê em Ensino de Ciências e Matemática pareceu-me o triunfo de uma batalha histórica, iniciada há mais de 25 anos. Naquela ocasião, um grupo procurava obter espaço para a realização de pesquisas cujo objeto se relacionava às diversas dimensões do processo ensino/aprendizagem da Física. Por outro lado, parecia-me que endossar a criação do novo Comitê era trair a Educação! As coisas ficaram mais claras, quando compreendi que sair ou não do Comitê de Educação não tem nada a ver com a amplitude educacional das pesquisas da área. Trata-se mais de uma definição de política científica que, se bem avaliada e conduzida, poderá fortalecer a área e as atividades nela desenvolvidas. O fruto de tais atividades é que deverá ser futuramente avaliado em termos de resultados concretos para educação deste país.

Com este esclarecimento, a questão, na minha opinião, pode tomar um aspecto menos emocional e mais objetivo. Assim, passando a aspectos mais práticos da proposta, acredito que a possibilidade de conduzir o credenciamento e avaliação de programas de pós-graduação seria um ponto favorável para a área. Um Comitê específico teria o poder de induzir a formação de novos programas e ampliar os recursos para a área.

Não posso dizer que minha convicção pessoal ainda não sinta os efeitos de boas argumentações contrárias à criação deste Comitê. Mas hoje estaria disposto a dizer que a criação do mesmo faria parte de um projeto histórico da área.

Para aqueles que desejam mais detalhes sobre a criação do Comitê e sobre as manifestações individuais e de grupos, existe no site da SBF uma página sob o título Comitê de Ensino da CAPES.

Maurício Pietrocola
Secretário de Ensino da SBF